

JUVENTUDE E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Onde está o alvo das políticas de ação afirmativa

Felícia Picanço

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O Brasil vem experimentando nas duas últimas décadas mudanças significativas com a queda da desigualdade, estabilidade econômica, ampliação das oportunidades no mercado de trabalho formal e ampliação da escolarização. O artigo procura analisar o acesso ao ensino superior dos jovens de 18 a 24 anos por raça e renda com o objetivo de provocar uma discussão sobre as desigualdades no contexto de expansão educacional e os alvos das ações afirmativas no ensino superior em vigor no país, em especial a adoção recente da reserva de vagas nas Instituições de Ensino Superior Federais. Os dados são oriundos da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), nos anos de 1993, 1998, 2003, 2008 e 2011, anos que marcam momentos específicos das mudanças ocorridas nas desigualdades e no sistema educacional brasileiro.

A partir dos anos 90 o Brasil experimentou mudanças significativas com a queda da elevada desigualdade, estabilidade econômica, ampliação das oportunidades no mercado de trabalho formal e ampliação da escolarização média. Enquanto os ganhos na distribuição de renda são explicados pela política de transferência de renda, em especial o programa Bolsa Família, e a melhora do mercado de trabalho (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2013), a crescente expansão do acesso à educação fundamental, média e superior é explicada por um conjunto de políticas públicas e programas sociais de incentivo a ampliação de vagas e acesso nos diferentes níveis do sistema educacional e para manutenção das crianças e jovens no processo de escolarização. Um dos resultados, além da quase universalização do ensino fundamental para os adolescentes, é a ampliação e diversificação da demanda e oferta do ensino superior.

Em relação à demanda por ensino superior, identifica-se o crescimento dos jovens que concluíram o ensino médio, um crescimento proporcionalmente maior dos grupos sociais em desvantagens, em especial negros e pobres. Na oferta, trata da expansão das vagas no ensino privado e público através da criação de novas Instituições de Ensino Superior (IES), *campi* e cursos, redução dos preços das mensalidades nas IES privadas (Sampaio 2011),¹ programas sociais voltados para o acesso aos candidatos de baixa renda, negros e indígenas nas IES privadas e públicas. Ainda assim o acesso dos jovens de um modo geral é restrito se comparado

1. Segundo Sampaio (2011), o valor médio das mensalidades caiu de R\$869,00, em 1996, para R\$ 467,00 em 2009. Nos cursos de Administração, as médias de mensalidades caíram de R\$532,00, em 1999, para R\$367, em 2009.

a outros países.² Mas apesar disso a composição dos matriculados vem mudando com a maior presença dos estudantes negros e de menor renda (Neves 2007; Neves, Morche, e Anhaia 2011).

O artigo procura analisar o acesso ao ensino superior dos jovens de 18 a 24 anos por raça e renda com o objetivo de provocar uma discussão sobre as desigualdades no contexto de expansão educacional e os alvos das ações afirmativas em suas diferentes formatações (cotas, reserva de vagas ou bônus) no ensino superior em vigor no país, em especial a adoção recente da reserva de vagas nas IES federais. Na primeira parte, o objetivo é identificar algumas mudanças gerais ocorridas no sistema educacional brasileiro. Na segunda, serão analisadas as desigualdades no acesso ao ensino superior dos jovens de 18 a 24 anos através das chances e razão de chances³ ao longo dos anos das duas últimas décadas. Os dados são oriundos da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), nos anos de 1993, 1998, 2003, 2008 e 2011, selecionados como momentos chaves para compreensão da questão.

DEMANDA E OFERTA NO ENSINO SUPERIOR NA BRASIL

Mudanças na demanda por educação superior

O Brasil sustentou por muito tempo déficits consideráveis no acesso à escola entre crianças e adolescentes (Ferraro 1999), bem como elevadas desigualdades segundo grupos de cor e renda (Hasenbalg e Silva 1999, 2000; Henriques 2001). As reformas ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 não foram capazes de gerar grandes alterações do ponto de vista da quantidade, muito menos da qualidade do ensino, em especial público. As mudanças tiveram como resultados expressivos a expansão do ensino privado no nível primário (atual ensino fundamental) e secundário (atual ensino médio) e criação do vestibular. Uma combinação que se tornou perversa na medida em que o investimento privado nos níveis primário e secundário e escasso investimento nas escolas públicas tornaram os egressos das escolas privadas mais bem preparados para a seleção no vestibular e a falta de expansão de vagas no ensino superior restringiu significativamente o acesso à universidade de grupos sociais em desvantagem socioeconômica.

A democratização do país nos anos 80 trouxe investimentos estaduais na educação, e a manutenção do baixo investimento na abertura de vagas no ensino superior (Ribeiro 2007; Neves 2007, 2012; Neves, Morche e Anhaia 2011). O resultado foi ambíguo, afinal, ao lado da ampliação do acesso ao ensino fundamental e médio, aumentou a competição pela universidade.

2. Segundo o Digest of Education Statistics, em 2011, nos EUA 50%, no México 21%, Chile 39% e Brasil 15% dos jovens de 18 a 21 estavam inscritos no ensino superior (National Center of Education Statistics 2013).

3. As chances de ocorrência de um evento é a razão entre o sucesso e o fracasso ($p/100-p$). A razão de chances é uma forma de comparar as chances em 2 grupos e é calculada pela razão entre a chance do grupo 1 ($p/1-p$) e do grupo 2 ($q/1-q$). Quando a razão é igual a 1 significa que as chances são iguais; quando é superior a 1, significa que as chances do primeiro grupo é maior; e quando é inferior a 1, que as chances do segundo grupo são maiores, logo quando mais próximo de 1, mais as chances dos dois grupos se aproximam, menor a diferença entre eles.

Nos anos 1990 e 2000 podemos identificar projetos e programas que tiveram um grande impacto seja na continuidade da ampliação do acesso à educação básica, seja na expansão das vagas no ensino superior. No âmbito da educação básica destaca-se a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) implantado em 1998, que determinou a distribuição dos recursos com base no número de estudantes atendidos pelas diferentes redes estaduais e municipais, estabelecendo um valor mínimo por aluno. Além disso, 60% deste dinheiro deveria ser utilizado para o pagamento do salário de professores. Castro (1999) indica que o critério utilizado para a distribuição dos recursos fiscais acabou por estimular a realização do maior número possível de matrículas pelos sistemas de ensino.

Soma-se a essa política, os programas sociais cuja condicionalidade ou o objetivo final é a frequência escolar das crianças e adolescentes implementados pelos governos federal, estadual e municipal. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), os destaques foram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), iniciado em 1996, e o programa Bolsa Escola do Governo Federal implementado nacionalmente em 2001. Em 2003, o então presidente da República Luis Inácio Lula da Silva instituiu programa Bolsa Família com o objetivo de unificar e ampliar programas já existentes, cuja condicionalidade é estar matriculado e frequentando a escola.

A configuração no final da década se caracteriza pela rápida ampliação da demanda por ensino superior. Segundo os dados da PNAD, em 2011, 26,3% da população brasileira acima de 18 anos tinha o ensino médio completo, um percentual que 15 anos antes era 11%.

O maior acesso e finalização do ensino médio teve um impacto fundamental na redução das desigualdades entre os grupos de cor e renda. Em 1993, entre os brancos acima de 18 anos, 13,2% tinham o ensino médio completo e entre os negros o percentual era 7,8%, resultando era quase 2 brancos para um negro (razão de chances de 1,8). A ampliação ao longo do tempo se deu entre os dois grupos, chegando em 2011, com os percentuais de 27,8% e 24,8%, respectivamente, o que incidiu na queda significativa da razão de chance para 1,17, quase igualdade nas chances.

Entre os quintis de renda os dados dão outra dimensão das mudanças, bem como apontam alguns limites delas. Em 1993, 2,0% dos indivíduos acima de 18 anos do quintil mais pobre tinha ensino médio completo, percentual esse que sobe para 22% quando se trata do quintil mais rico. O salto dado foi entre os mais pobres, em 2011 os percentuais passaram para 15,1% e para no quintil mais rico para 29,7%.

Como consequência, observa-se a queda na razão de chances (RC) dos brancos e negros (Br/Ng) e entre os indivíduos no 1º quintil de renda (1ºq), o mais pobre, e 5º (5ºq) quintil, o mais rico, em ter o ensino médio completo. Mas, com magnitude e intensidades bem distintas. A razão de chances entre brancos e negros no começo dos anos 90 era 1,80 e sua redução é lenta e gradual, chegando em 2011 a 1,17. A desigualdade entre os ricos e pobres está em outro patamar. Em 1993, a razão de chances era 14,05, reduz para 13,45 em 1998, mas nos anos 2000 têm significativa redução e chega a 2,38 em 2011. Os dados corroboram a hipótese *maximally maintained inequality* (MMI; Raftery e Hout 1993), segundo a qual quando o grupo

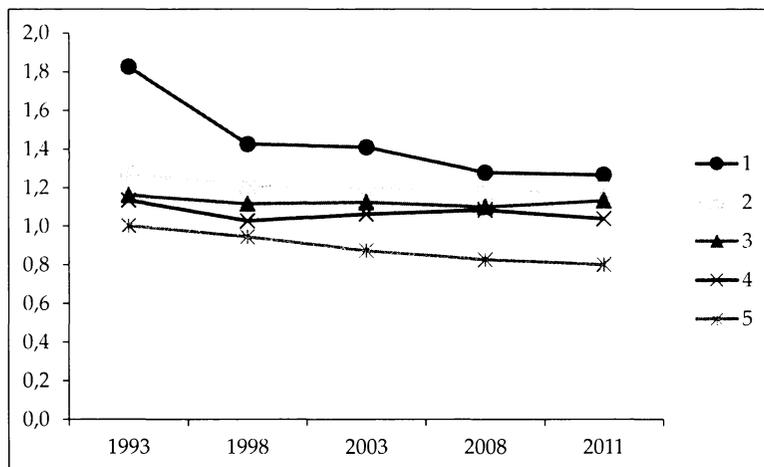


Gráfico 1 Razão de chances entre brancos e negros terem segundo grau completo nos quintis de renda, população brasileira acima de 18 anos

Fonte: PNAD/IBGE, tabulação própria

em vantagem já está saturado, abre espaço para a chegada dos grupos em desvantagem, também já identificada nos estudos sobre estratificação educacional no Brasil (exemplos: Silva 2003; Ribeiro 2011; Mont'Alvão 2011; Marteleto, Carvalhaes e Hubert 2012).

A desigualdade de brancos e negros dentro dos quintis é um dado que permite observar dimensões relevantes das tendências acima. Tal como o gráfico 1 evidencia, as maiores desigualdades de chances de brancos e negros terem o ensino médio completo estão entre os mais pobres (1º e 2º quintis) e igualdade está entre os mais ricos. Ao longo do tempo, entre os mais pobres há uma queda na desigualdade que aproxima negros e brancos.

No quintil mais rico, no entanto, a igualdade racial se desfaz. Os negros superam os brancos nas chances de ter ensino médio completo dado que os brancos estão se dirigindo mais para o ensino superior e o topo dos negros está no ensino médio. A tendência apontada reforça ainda mais a hipótese de que os grupos em desvantagem só ampliam as chances de ingresso em um determinado nível quando o grupo em situação de vantagem já atingiu seu ponto de saturação (hipótese MMI).

Uma vez que a demanda por educação superior se expande e se diversifica, como contemplar essa diversidade?

Mudança na oferta: Diversificação institucional e programas públicos

O sistema de educação superior no Brasil se consolidou tardiamente quando comparada a outros países latino-americanos e partir de dois segmentos distintos: um público, constituído por instituições públicas federais, estaduais e municipais; e outro privado, composto por instituições confessionais, particulares,

comunitárias e filantrópicas. Os cursos de graduação oferecem formação em bacharelado, licenciatura e tecnológico. Os cursos de pós-graduação incorporam especialização, mestrado, doutorado nos formatos acadêmico e profissional. Em ambos segmentos, bem como nos níveis de graduação e pós-graduação assiste-se a ampliação do ensino à distância, definido a modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (INEP 2014). As diversas combinações entre segmentos público, privado, graduação, pós-graduação, cursos presenciais e à distância resulta na ampliação de vagas e diversificação do sistema.

A expansão se deu em momentos distintos e com questões muito específicas para cada um deles. O primeiro momento é identificado nos anos 60 até os anos 70 quando o Governo Federal, sob o regime militar iniciado em 1964, concedeu autorização para a criação de estabelecimentos privados, produzindo um aumento de 512% de alunos neste segmento, comparado aos 260% de aumento de alunos no ensino público (Duham 2003). Segundo autores como Duham (2003) e Neves (2007) tal expansão veio atender a demanda das classes médias fortalecidas pelas melhorias econômicas produzidas no período do chamado milagre econômico, e, tal como sugerem Bonelli (1989) e Guimarães (1993), classes médias estas que viam na educação superior o passaporte para a ascensão e reprodução social. Os anos 80, não obstante a efervescência na sociedade civil engajada nas campanhas pelo retorno da democracia no país, ficaram conhecidos como a década perdida com o fim do ciclo de crescimento econômico, aceleração da inflação, redução do poder de compra dos salários, dentre outros indicadores (Sollas e Paulani 1995), entre eles estão as poucas vagas criadas na educação superior e redução da taxa de bruta de matrículas no ensino superior (Duham 2003; Neves 2007).

Os anos 90 foram decisivos, pois conjugaram processos de flexibilização das leis trabalhistas e relações de trabalho (novas modalidades de jornadas de trabalho, pagamento de horas extras, salários e políticas de aumento salarial), privatizações, altos índices de desempregos e plano de estabilização econômica. A reorientação da política econômica levou ao novo momento de expansão através da criação de vagas nos estabelecimentos privados e diversificação dos cursos e instituições (Prates 2007; Sampaio 2011; Comim e Barbosa, 2011; Neves 2012).

Também foi nesse período que as primeiras demandas políticas pela adoção de programas e sistemas de inclusão social para os grupos de cor nas universidades emergem dentro de um contexto nacional e internacional de tematização das relações raciais marcadas pelo efeito da preparação para Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância em Durban, África do Sul; e das pesquisas que evidenciaram as desigualdades raciais no acesso ao mercado de trabalho e à educação superior (Queiroz e Santos 2007).

O final dos anos 90 e os anos 2000 se destacam pelo estímulo ao preenchimento das vagas criadas no setor privado, a criação de vagas no setor público através da abertura de novos cursos e universidades —em especial o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)— e

programas públicos de inclusão dos grupos em desvantagem, fortemente marcado pelos efeitos da Conferência de Durban acima referida.

Os programas públicos de inclusão social na universidade aqui considerados são aqueles que estimulam ou favorecem o ingresso de grupos sociais que estão em desvantagens socioeconômicas no ensino superior. Foram eles: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), programas de reserva de vagas ou bônus para grupos de cor, etnia ou renda, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa Diversidade na Universidade (PDU). Trataremos cada um deles.

O FIES foi criado em 1999 pelo Governo Federal, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso e sendo Paulo Renato de Souza o Ministro da Educação, em substituição ao Crédito Educativo (CREDUC), programa de financiamento criado ainda nos anos 70 e institucionalizado no começo dos anos 90.⁴ Ao longo dos anos 2000, o FIES sofreu algumas mudanças e se vinculou ao PROUNI, criado em 2004. Entre as mudanças, ficou definido que podem se candidatar bolsistas parciais de 50% do PROUNI, estudantes beneficiários de bolsas complementares matriculados em cursos considerados prioritários, estudantes beneficiários de bolsas complementares matriculados nos demais cursos, estudantes matriculados em instituições de educação superior que tenham aderido ao PROUNI e estudantes matriculados em Instituições de Ensino Superior que não tenham aderido ao PROUNI.

Os programas de reserva de vagas para os grupos sociais em desvantagem no ensino superior, como já mencionado acima, ganharam força primeiro como demanda no período de preparação da Conferência Durban, segundo como experiência no período posterior à Conferência. As primeiras experiências foram nas universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UENF) por força da Lei sancionada pelo então governador do Estado Anthony Garotinho e na Universidade Estadual da Bahia por uma iniciativa institucional. A partir daí iniciativas em outras IES foram sendo construídas com distintos modelos. Essa descentralização das iniciativas, embora favorecesse a adequação do formato às demandas locais, por outro dificultava a visibilidade das iniciativas e a avaliações nacionais e não favorecia a resolução de problemas concernentes à concepção, planejamento e execução (Daflon, Feres e Campos 2013).

Os levantamentos das modalidades de ações afirmativas até 2012 segundo os grupos contemplados mostram mais de 80% das instituições adotavam reserva de vagas ou bonificação para alunos egressos da escola pública (cotas sociais), quase 60% para negros e 51% para indígena (cotas raciais) (Daflon, Feres e Campos 2013). Contabilizando de outra forma, Santos, Souza e Sasaki (2013) identificou que 44% (55 instituições) das políticas são combinações entre cotas sociais e raciais, 40% (50 instituições), 11% (14 instituições) cotas raciais —essas divididas entre nove com cotas exclusivamente para indígena e cinco exclusivamente para negros e indígena—, e 5% para deficientes.

O quadro mudou bastante com a Lei N° 12.711/2012 sancionada em agosto de 2012 pela presidente Dilma Rousseff. Foi determinado que as IES e ensino médio federais deverão reservar 50% de vagas para alunos da escola pública. As universidades terão 4 anos para chegar até 50%, sendo o patamar inicial 12,5%. Metade

4. Consulta ao site do MEC em 2014.

das vagas reservadas para escola pública deverá ser dirigida para estudantes com até 1,5 salário mínimo de renda familiar per capita e as vagas reservadas deverão ser distribuída de acordo com a proporção de negros e indígenas na população. Em 2013 a lei já estava em vigor.

O exercício analítico propostos por Carvalhaes, Feres e Daflon (2013) sobre o impacto da lei de cotas federal nos estados conclui que os maiores beneficiados serão os grupos com renda familiar per capita acima de 1,5 salário mínimo, e desses, os pretos, pardos e indígenas mais do que os brancos. E a competitividade maior, o que significa a maior dificuldade para se obter uma vaga no ensino superior, está no grupo que acumula maior desvantagem: negros e indígenas com renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos per capita.

O PROUNI foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei Nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. O programa tem como objetivo conceder bolsa de estudos parciais ou integrais em IES privadas para alunos selecionados a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). São elegíveis os estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou egressos da rede particular que receberam bolsa de estudo integral e que tenham renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos. O programa ainda reserva vagas para portadores de deficiência, professores da rede pública de ensino e alunos que se autodeclararem afrodescendentes ou indígenas. As vagas para afrodescendentes são distribuídas de acordo com a proporção dessas populações nos estados.

O Programa Diversidade na Universidade (PDU) esteve em atividade entre 2002 e 2007 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com cooperação técnica da UNESCO. Uma das iniciativas do programa eram os Projetos Inovadores de Cursos (PICs). Os PICs tinham como objetivo principal apoiar cursos preparatórios para vestibular para negros e indígenas e realizou editais em 2003, 2004 e 2005 totalizando oitenta projetos apoiados. Os dados disponíveis pelo MEC estimaram que, em 2005, participaram do PIC 5.375 estudantes de seis estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia e Maranhão) e o repasse foi de R\$2,9 milhões.⁵ Nos anos de 2005 e 2006 foram concedidas aos egressos dos PICs bolsas de permanência na universidade através de editais do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro).⁶

Além de todas as mudanças apontadas, somam-se as mudanças ocorridas nos processos seletivos para o ingresso nas IES. Durante décadas, o sistema de seleção era majoritariamente baseado em um conjunto provas, chamado vestibular, que no final concedia uma nota classificatória aos candidatos. O vestibular teve formatos distintos ao longo do tempo. A partir de 1996, definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, adotou-se o a designação de processo seletivo, não mais de vestibular, e conferiu-se autonomia para que as IES criassem

5. Consulta ao site do MEC em 2014.

6. O Uniafro foi criado em 2005 como um programa de ações afirmativas para a população negra nas instituições públicas de educação superior. Surgiu de um acordo entre o MEC e os Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (Neabs) e foi responsável pelo primeiro edital da bolsa de permanência na universidade, mas suas ações também vão em outras direções tais como formação de professores.

seus mecanismos de seleção. Em 1998, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para avaliar os alunos do ensino médio e o PROUNI o tem como requisito para a inscrição no Programa. Em 2009 foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que utiliza as notas no ENEM para o ingresso nas IES Federais, desde então, o Governo Federal vem incentivando às IES Federais a adotarem esse sistema no processo seletivo. Com a Lei de cotas, adotada em 2013, o candidato que se inscreve pelo SISU faz a opção por concorrer pelas cotas (escola pública e racial) ou ampla concorrência (sem cota). Atualmente, então o sistema de seleção para o acesso ao ensino superior está mais heterogêneo com coexistência entre o SISU, processos seletivos próprios nas IES privadas e a públicas estaduais.

Todas as ações (econômicas, políticas e programas sociais) em conjunto constroem o um quadro de ampliação contínuo na oferta de vagas nos cursos presenciais e o resultado é, também, o aumento das vagas não preenchidas. Em 1990, segundo os dados do MEC, foram ofertadas 502.784 vagas, 155.009 nas IES públicas e 347.745 nas IES privadas. Nas IES públicas, 18,6% e nas privadas 19,2% das vagas não foram preenchidas. Em 2010, as IES públicas alcançam 445.337 vagas e as privadas 2.674.855 vagas. Entre as IES públicas o percentual de vagas não preenchidas cai para 8,2% e entre as IES privadas sobe para 58,5% (INEP 2014). Segundo, Neves (2012) até 2000 o crescimento das vagas no setor privado era mais consistente com a demanda, a crescente sobra de vagas é tratada como estratégia do próprio setor.

De qualquer forma, comemora-se continuamente o êxito de que o número de matrículas no ensino superior (presencial e a distância) sobe exponencialmente. Em 1993, somavam 1.594.668, em 2000 passou para 2.694.245 e alcança-se 6.379.299 matrículas (INEP 2014). A educação à distância tem um impacto na produção dos números grandiosos da educação superior e, possivelmente, no acesso dos mais pobres ou aqueles que trabalham dado que as mensalidades tendem a ser mais baratas e horário mais flexível. Iniciou de forma residual, visto que em 2001 somavam 5.359 matriculados, representando 0,18% do total de matriculados, e, em 2010, passaram a ser 930.179 matriculados, representando 14,6% do total de matriculados (Queiroz et al. 2013).

Percentuais do acesso ao ensino superior

Mudanças na demanda e oferta na educação superior produzem novos números no acesso ao ensino superior e para mensurar esse contingente agregamos aqueles com 18 anos ou mais que declaram que tinham nível escolaridade superior (incompleto e completo). Nesse sentido, são indivíduos que concluíram o nível superior e, também, aqueles estão cursando ou cursaram e abandonaram, isto é, em algum momento tiveram acesso ao ensino superior.

Em 1993 7,7% da população acima de 18 anos tinha acesso ao nível superior, em 2011 passa para 15,5%. O efeito contínuo da cor (Ribeiro 2011) ao longo das transições educacionais, resulta que em 1993, 11,2% dos brancos e 2,8% dos negros tiveram acesso ao ensino superior, e em 2011 os percentuais passam para 21,6% e 9,4%, respectivamente.

No 1º quintil, em 1993, apenas 0,3% tiveram acesso ao ensino superior, 18 anos

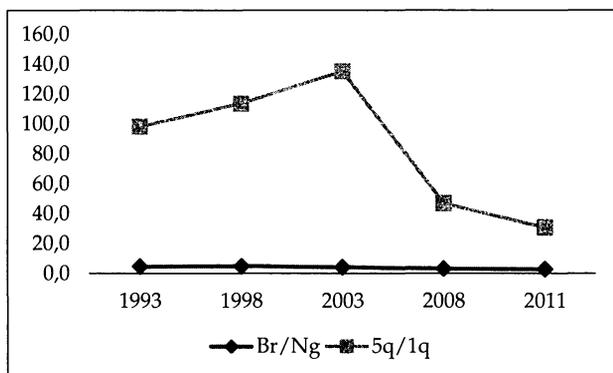


Gráfico 2 Razão de chances dos brancos/negros e 1º/5º quintil de ter acesso ao ensino superior, população brasileira acima de 18 anos

Fonte: PNAD/IBGE, tabulação própria

depois somavam 2,1%. Bem diferente do seu oposto, o 5º quintil, cujos percentuais nestes anos foram 24,3% passando para 40,2%.

A ampliação observada teve um impacto importante na redução na desigualdade entre brancos e negros e entre os quintis mais pobre e mais rico medida pela razão de chances. No gráfico 2, observamos que entre brancos e negros a magnitude é menor e a queda já inicia em 2003. Entre os quintis, até 2003 a tendência era de crescimento da desigualdade entre os mais pobres e mais ricos, certamente um momento de pouca disponibilidade dos mais pobres em aspirar tal percurso e/ou arcar com os custos do ensino superior, em especial o privado. Somente nos 2008 a queda se apresenta, e de forma brusca.

Como foi visto para o ensino médio, a maior desigualdade entre brancos e negros está nos quintis mais pobres (ver gráfico 3), mas a terceira maior desigualdade está entre os mais ricos (5º quintil). O que significa que são os polos de renda os mais racialmente desiguais no acesso ao ensino superior. Ao longo tempo ainda que a hierarquia seja mantida, onde os mais pobres, seguindo dos mais ricos são aqueles com maior desigualdade entre brancos e negros, as desigualdades dos quintis vão se aproximando, sugerindo que o efeito negativo da cor como está menos modulado do que antes pela renda, brancos e negros mantém uma diferença de acesso similar em todos os quintis de renda.

A consequência mais direta dessa aproximação é que os programas sociais de inclusão social que em sua larga escala trazem o corte de renda, reforçado com a recente lei de cotas das IES federais, ao deixar os negros com melhores renda de fora começam a errar o alvo dentro do novo contexto. Manter tais programas com o corte de renda implica em reforçar o olhar de que a discriminação racial só pode ser tratada dentro do invólucro da desigualdade econômica.

A continuidade da escolarização dos negros e mais pobres em maior proporção do que antes está sendo realizado em contexto de acesso ainda muito restrito ao nível superior. Nesse sentido, há sinais de queda das desigualdades sem que estejam acompanhadas de sinais de saturação dos grupos em vantagem.

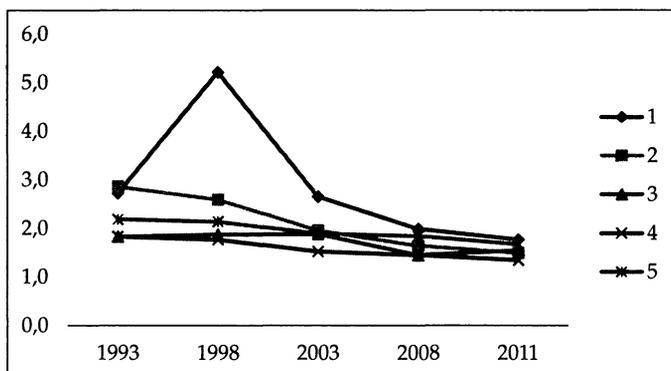


Gráfico 3 Razão de chances entre brancos e negros terem acesso ao ensino superior nos quintis de renda, população brasileira acima de 18 anos

Fonte: PNAD/IBGE, tabulação própria

Um novo perfil dos estudantes do ensino superior brasileiros?

O quadro desenhado acima mostra uma mudança crescente no acesso ao ensino superior, o que reflete diretamente na composição dos universitários. Neste item, o foco está em algumas dimensões quantitativas da população universitária (indivíduos que declararam estar frequentando o nível superior, incluindo a pós-graduação).

O perfil etário é algo que veio gradativamente se modificando e dá pistas do que virá na análise sobre os jovens de 18 a 24 anos. Em 1993, 57,8% dos estudantes do ensino superior tinha até 24 anos, e chega em 2011 a 51,4%, isso que porque os estudantes acima de 40 anos passam de 4,8% para 9,8%. Uma nova clientela aparece como resultado da abertura de oportunidades e escolhas por apostas mais elevadas em educação de um grupo que não pode ou não quis fazer essa escolha quando eram mais jovens ou retorna à universidade para fazer outra graduação ou pós-graduação. Mas vale dizer que não temos subsídios para afirmar que se trata de mudança do perfil dos estudantes, mas pode ser um ajuste temporário para a absorção de demanda reprimida por ensino superior.

As mulheres seguem ocupando uma fatia cada vez maior, em 1993 somavam 55,5% e, em 2011, 58%. As mudanças etárias ocorreram entre homens e mulheres, pois em ambos se dá o crescimento dos estudantes acima de 40 anos, descartando a hipótese de que seriam homens mais velhos incorporados ao mercado de trabalho exclusivamente responsáveis pelo aumento dos estudantes adultos.

A mudança que mais chama atenção está na cor. Os pardos passaram de 16,1%, em 1993, para 31,3%, em 2011; os pretos tinham uma ínfima participação, pois somavam apenas 2,1%, mas em 2011 passam para 5,8%. Os negros somam, então, 37,2%. Na recomposição da presença das cores, os brancos sofrem redução, passando de 80% para 61,8%.

No começo dos anos 90 os brancos eram majoritariamente jovens de até 24 (60%), enquanto 46,7% dos negros estavam nesta faixa. Ao longo do tempo os

brancos mais velhos vão ampliando sua presença e se aproximam mais da distribuição etária dos negros.

Ainda que o acesso ao ensino superior seja fortemente elitista, a entrada de estudantes de famílias dos quintis mais pobres fica mais evidente na última década dos anos 2000. Entre 1993 e 2011 o percentual de estudantes em família do 5º quintil cai de 67% para 43,3%, do 4º quintil sobe de 17,8% para 24,7%, do 3º quintil de 6,2% para 12,6%, do 2º quintil de 2% para 6,8% e 1º quintil de 0,7% para 2,9%. Nos mais baixos quintis ainda que sejam muito poucos, o crescimento é expressivo, indicando que são indivíduos que combinaram ampliação da oferta de ensino superior, barateamento dos custos dos cursos e estabilização econômica.

Com o perfil etário e de renda modificado, é esperado um aumento contínuo de estudantes trabalhadores. Mas, não é necessariamente isso que acontece. Em 1993, 26% dos estudantes se dedicavam exclusivamente ao estudo, 65,7% trabalhavam e 8,2% procuravam trabalho, indicando que conjugar trabalho e estudo é majoritário já não é nada novo para esse grupo. Ao longo do tempo, o percentual de estudantes exclusivamente dedicado aos estudos cai para 18% em 2008 e aqueles que trabalham sobe para 71,1%. A surpresa é que essa tendência é quebrada em 2011 com o aumento para 23,2% dos estudantes dedicados somente aos estudos e queda daqueles que trabalhavam para 68,2%, acompanhado da queda daqueles que procuravam. É possível que este dado seja explicado pela maior disponibilidade de renda e de emprego nas famílias, permitindo assim que algum membro se ausente do mercado de trabalho para se dedicar aos estudos.

Ainda assim, é incontestável o fato de que muitos estudantes trabalham, resultado da inserção precoce dos no mercado de trabalho (Camarano et al. 2006; Picanço 2009; Cardoso 2010). Por isso, a maior parte dos estudantes além de trabalhar, também começou a trabalhar com menos de 18 anos. A mudança que vem ocorrendo é que, ao invés de começar com menos de 16 anos, passaram a começar mais do que antes acima desta idade, a idade na qual o trabalho do adolescente é aceito na condição de aprendiz.⁷

Uma das grandes questões enfrentadas por quem trabalha é a disponibilidade de horário do curso e a rede privada de ensino superior atenderia as especificidades desse grupo e a partir dele criado um nicho de mercado.

Entre os estudantes de ensino superior é possível acompanhar a evolução da pequena redistribuição de vagas ocorrida ao longo dos anos 2000. Em 2003 72,6% dos estudantes estavam em instituições privadas, em 2008 aumenta para 76,3% e em 2011 cai para 73,2%. E de fato, os estudantes trabalhadores estavam sobre-representados em nessas instituições. E como analisou Prates, Silva e Paula (2012), isso poder dizer muita coisa sobre as chances de realização ocupacional no mercado de trabalho, uma vez que os egressos das universidades públicas têm mais chances de estarem em ocupações com maior prestígio.

Nesse processo de expansão do acesso e redução das desigualdades vale observar que, em 2003, 35,9% dos negros e 24,4% dos brancos em instituições públicas. Em 2008, ambos reduzem seus percentuais para 26,1% e 22,4%, respectivamente.

7. Em 1993, 34,8% dos universitários começaram a trabalhar com até 15 anos, 17,9% entre 16 e 17 e 47,3% 18 ou mais. Em 2011, os percentuais passam para 28,5%, 25,4% e 46,2%, respectivamente.

Em 2011, o aumento dos estudantes em instituições públicas é maior para os brancos e permite que os percentuais fiquem bem próximos: 27,9% dos negros e 26% dos brancos estavam em instituições públicas. Mesmo com o pequeno aumento ocorrido entre 2008 e 2011, o percentual de negros no ensino superior público é percentualmente menor do que tínhamos em 2003.

Existe uma percepção lugar comum de que os ricos dominam as universidades públicas, na verdade os ricos dominam o acesso ao ensino superior, seja ele privado, seja público.⁸ Visto a partir dos grupos de renda, temos outra perspectiva: enquanto menor a renda, maior a presença nas universidades públicas. Em 2003, os estudantes do 1º quintil se distribuíram 50% na rede pública e 50% na rede privada, e no 5º quintil esses percentuais eram 23,7% e 76,3%. Ao longo do tempo os mais pobres ampliam o percentual na rede privada, passando para 54,5% bem diferente dos estudantes do quintil mais elevado, que reduziram um pouco sua presença nas instituições privadas passando para 75%.

Vistos assim, a indicação é que parte do acesso dos negros e dos mais pobres ao ensino superior se deu pelo ingresso no ensino privado.

ENTRE OS JOVENS: QUEM FAZ A APOSTA NO ENSINO SUPERIOR?

Embora sejam os indivíduos mais velhos que ampliam mais a presença no conjunto dos estudantes, o interesse é analisar a faixa etária onde se localiza a maior parte dos estudantes e candidatos em potencial: os jovens de 18 a 24 anos. Determinar a faixa etária que define esse grupo não é simples e implica em definições teóricas, processos sociais e as convenções oficiais. Então, segue-se a análise identificando o crescimento da demanda por nível superior nessa população e seus destinos em relação a continuação do investimento educacional e trabalho.

Os jovens que em 1993 tinham entre 18 e 24 anos estiveram no ensino médio nos anos 80; os jovens em 1998, entre anos 80 e 90; os jovens em 2003, 2008 e 2011 nos anos 90 e 2000. Cada grupo experimentou distintos contextos em relação à economia e características dos sistemas educacionais com maior ou menor investimento na educação básica e abertura de vagas no ensino superior, cenários fundamentais para compreender as apostas feitas na educação.

Jovens de 18 a 24 anos e a demanda por ensino superior

Os itens anteriores mostraram que no contexto de expansão do ensino superior, adoção de programas e sistemas de inclusão nas universidades há um aumento da demanda por ensino superior, considerando apenas a maior número de indivíduos com ensino médio completo, e daqueles que já estão lá. Essas dinâmicas estão acompanhadas da redução das desigualdades entre grupos em desvantagem por cor e renda.

Entre jovens, de forma específica, observamos que o percentual com ensino médio completo ampliou de 12,7%, em 1993, para 38,5% em 2011 e o aumento mais

8. Isso que dizer apenas que entre os estudantes da rede pública, em 2011, 40,4% eram do 5º quintil e entre os estudantes da rede privada o percentual sobre para 44,3%.

intenso se deu entre 1998 e 2003. Já o aumento dos jovens com acesso ao nível superior se deu ao longo do final dos anos 90 e na primeira década dos anos 2000 (ver tabela 1 em anexo). Se o aumento do ensino médio é explicado pela diretriz do Governo Federal de manutenção dos jovens na escola, o aumento dos jovens no ensino superior é em grande medida apresentada como resultado da expansão educacional impulsionada pela reorientação das políticas para o setor iniciadas no final dos anos 90 e da segunda metade dos anos 2000, cujo resultado foi a ampliação do setor privado e a absorção dos grupos sociais sub-representados, em especial as classes médias-baixas e os trabalhadores-estudantes.

Por cor a tendência é a mesma daquela apontada acima: aumento do ensino médio nos anos 90 e do ensino superior na primeira década de 2000. Entre os negros em 1993, 8,4% e entre os brancos 16,5% tinham ensino médio completo. E no acesso ao ensino superior os percentuais eram 1,5% para os negros e 8,4% para os brancos. Os negros ampliam mais intensamente suas presenças nesses dois níveis de escolaridade alcançando em 2011 35,8% com ensino médio completo e 9,4% com nível superior. Os brancos somavam 41,8% com ensino médio e 23,2% com acesso ao nível superior (ver tabelas 2 e 3 em anexo).

Por quintil de renda, tínhamos em 1993 2,3% dos jovens do 1º quintil, 5,2% dos jovens do 2º quintil, 9,6% dos jovens do 3º quintil, 17,6% dos jovens do 4º quintil e 27,8% dos jovens do 5º quintil com o ensino médio completo. Ao longo do tempo, todos ampliam o percentual, mas o maior salto é dado de fato entre 1998 e 2003, chegando em 2008 aos percentuais de 23,3%, 33,9%, 43%, 49,2% e 41,0%. Sendo, então os mais pobres aqueles que mais ampliaram. Vale lembrar que o menor percentual de jovens do 5º quintil com ensino médio completo se deve ao fato de que eles estão mais no ensino superior (ver tabela 4 em anexo).

Se esses jovens que se escolarizam mais formam o novo contingente para estar ou permanecer no ensino superior, entre aqueles que podem porque já completaram o ensino médio, quantos de fato estão lá?

Os destinos escolares: O que fazem os elegíveis

Os jovens analisados nesse item são considerados elegíveis para fazer a aposta na educação superior, isto é, com ensino médio completo. O primeiro dado a ser apresentado é a inserção no mercado de trabalho porque a compatibilização trabalho e estudo é um arranjo sempre difícil de ser feito, envolve uma logística em termos de mobilidade urbana, disponibilidade de recursos financeiros e apoios de diversas ordens, em especial para aqueles que têm dependentes (filhos ou outros). Além de que o sistema do ensino superior, em particular o público é muito menos receptivo ao estudante trabalhador, que dispõe apenas do turno da noite para estudar.⁹

9. Os dados do Censo da Educação Superior (MEC 2014) são bem evidentes. Em 2011, nos cursos presenciais 3.644.979 matrículas eram noturnas (63,5%), 1.057.202 matrículas eram matutinas (18,4%), 806.862 matrículas eram de turno integral (14,0%) e 237.719 matrículas eram vespertinas (4,1%). Só que as matrículas noturnas privadas somavam 3.037.399 e as municipais noturnas totalizam 91.557. Na categoria federal, 453.573 matrículas eram do turno integral, seguido por 275.762 do noturno. Na categoria estadual a distribuição está menos concentrada: 240.261 no noturno, 136.454 no matutino e 131.532 no integral.

No começo dos anos 90 cerca de 48,7% dos jovens elegíveis trabalhavam, 13,1% só estudava, 17,6% conjugavam trabalho e estudo, 2,3% estudava, mas procurou trabalho, 8,1% só procurou e 8,7% nada declarou em relação a trabalho e estudo. Até 2003 a tendência foi: redução daqueles que só trabalhavam e dos que nada declararam em relação a trabalho/estudo; e ampliação dos que conjugavam trabalho/estudo e os procuraram trabalho. Um resultado do contexto de crise e desemprego, que levou muito jovens à procura de trabalho.

A recuperação econômica ampliou a geração de emprego e o percentual de jovens elegíveis que só trabalhava voltou a subir, passando de 47% em 2003 para 50,6%, em 2011. Outras variações importantes foram entre aqueles que só procuraram trabalho, que mesmo mantendo percentual superior ao do início dos anos 90, observamos uma queda; e entre os jovens que nada declararam em relação a trabalho e estudo, que ampliaram seu percentual de 8,4 em 2008 para 11,4% em 2011, uma variação que vem chamando atenção de muito estudiosos (por exemplo, Cardoso 2013). As mudanças e permanências apontadas acima indicam poucas variações em se tratando de um contexto de grande incentivo em apostas mais robustas na educação, em especial na educação superior.

No cenário do início dos anos 90, negros e brancos se distinguiam pelas maiores chances dos primeiros estarem trabalhando e desempregados. No entanto, as maiores desigualdades medidas pelas chances relativas estavam entre aqueles que só estudavam ou conjugavam trabalho e estudo. Isso significa dizer que, mesmo com maiores percentuais de negros jovens trabalhando e desempregados, as maiores diferenças entre brancos e negros estavam entre aqueles que só estudavam ou conjugavam trabalho e estudo.

As dinâmicas de aumento e redução de oportunidades ocupacionais apontadas anteriormente incidiram de forma diferenciada entre brancos e negros. Enquanto os brancos ampliaram o percentual daqueles que trabalhavam —passou de 46,1% em 1993 para 48,3% em 2011—, os negros reduziram —passaram de 57,2% para 53,5%—. As demais situações tiveram pequenas alterações em termos percentuais, a mais significativa é que os negros são aqueles que ampliaram proporcionalmente mais o percentual daqueles nada declararam em relação a trabalho e estudo (ver tabelas 5 e 6 em anexo).

O peso do contexto de expansão educacional, que permitiu que mais jovens completassem o ensino médio, e de ampliação das oportunidades ocupacionais foi fundamental para compreender porque entre os jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo não ampliam o percentual de aposta na educação superior de forma significativa.

Em 1993, 35,7% dos jovens elegíveis tinham acesso ao ensino superior, um percentual que caiu até 2003, em 2008 retoma o patamar do início dos anos 90 e, em 2011, amplia para 36,9% (ver gráfico 4). Uma indicação de que em termos proporcionais a aposta no ensino superior ainda não atinge de forma contundente o grupo tomado como alvo: os jovens de 18 a 24 anos.

As diferenças entre brancos e negros é grande. Em 1993, 41,3% dos jovens brancos e 19% dos negros tinham acesso ao ensino superior. Entre os brancos, os anos de 1998 e 2003 marcam uma tendência de redução desse acesso, que foi revertida em 2008 e, em 2011, chega a 45%. Já entre os negros, a redução ocorrida em 1998,

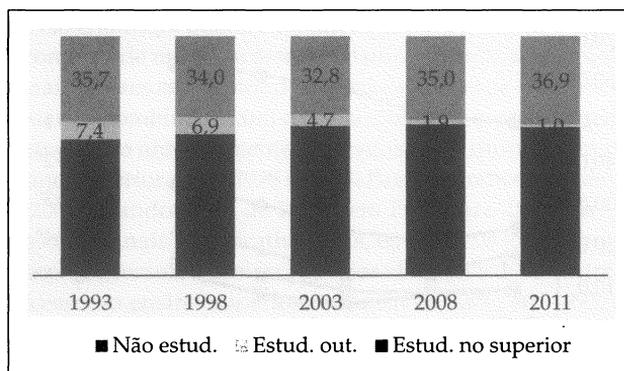


Gráfico 4 Jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo em relação ao estudo

Fonte: PNAD/IBGE, tabulação própria

já é revertida em 2003 e segue uma escalada de ampliação até chegar, em 2011, a 26,9%. Os negros aproveitaram mais a expansão de vagas e incentivos para preenchimento das mesmas ocorrida desde o início dos anos 2000, pois mesmo ainda distante dos brancos aumentaram proporcionalmente mais seu percentual de acesso (ver tabelas 7 e 8 em anexo).

As tendências observadas construíram movimentos de aumentos e redução das desigualdades de cor, medidas pelas as razões de chances entre brancos e negros, em relação ao acesso no ensino superior. A redução de brancos e negros que tinham acesso ao ensino superior ocorrida em 1998 resultou no aumento da desigualdade, a razão de chances passou de 2,99 para 3,33 entre 1993 e 1998. Mas a recuperação dos anos seguintes produziu uma tendência clara de redução das desigualdades e, em 2011, a razão de chances cai para 2,23.

Em relação à renda vale a pena prestar bem atenção o que ocorre nos 1º e 2º quintis de renda, pois incorporam a população alvo de muitos programas de reservas de vagas e suas tendências são interessantes para a nossa discussão.

Em 1993, entre os jovens elegíveis que estavam no quintil mais pobre, 86,4% não estudavam e 9,5% tinham acesso ao ensino superior. O acesso ao ensino superior segue tendência à redução chegando a 5,9% em 2003. A partir de 2008 há uma recuperação muito expressiva e, em 2011, o percentual sobe para 13,6%.

Já os jovens do 2º quintil mais pobre, embora tenha redução em 1998, desde 2003 já inicia uma trajetória de ampliação e chega em 2011 ao percentual de 17,1% com acesso ao ensino superior. Desse modo, o contexto de expansão do ensino superior impulsionada pelo setor privado dos anos 90 não favoreceu os jovens dos quintis mais baixos, afinal o custo para estar na universidade privada ainda era alto. Os sinais de melhoria só são claros apenas a partir do segundo quinquênio dos anos 2000, aí sim impulsionados pela redução dos custos das faculdades privadas (mensalidades com menores valores, material didático gratuito, dentre outros), melhoria do poder aquisitivo e políticas e programas sociais de acesso ao ensino superior.

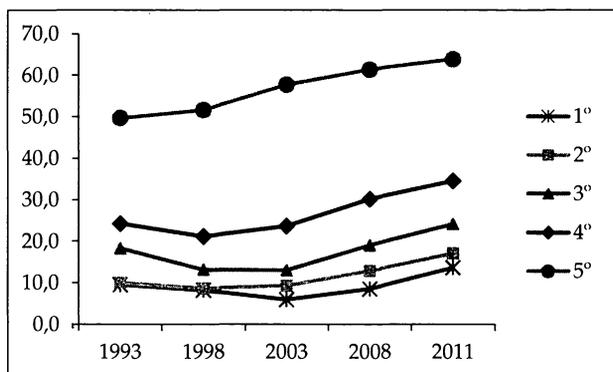


Gráfico 5 Percentual de jovens de 18 a 24 anos com o ensino médio completo e acesso ao ensino superior por quintil de renda

Fonte: PNAD/IBGE, tabulação própria

Os jovens dos demais quintis estavam em ouro patamar de acesso. Em 1993, os jovens do 3º, 4º e 5º quintis tinham, respectivamente, 18,3%, 24,2% e 49,7%. Os jovens do 3º e 4º quintis além de estarem mais próximos em termos percentuais, sofrem as mesmas oscilações apontadas acima: queda em 1998 para iniciar recuperação em 2003. Apenas os jovens no quintil mais alto não tiveram redução de percentual, pelo contrário, mesmo pequeno, o sentido sempre foi de crescimento (ver gráfico 5).

Os estudos sobre os jovens de baixa renda no ensino médio e suas expectativas de vida nos fornecem elementos para dar conta de parte do que vem ocorrendo. Eles apontam que a maioria tem expectativas sobre futuro e projeto de vida difusos e poucas informações sobre os mecanismos de acesso ao ensino superior. Heringer (2013) cita, por exemplo, que no estudo de caso sobre uma escola em Cidade de Deus,¹⁰ muitos alunos não tinham ouvido falar do PROUNI e pouca informação tinham sobre o ENEM. Leão, Dayrell e Reis (2011) identificam grupos que se dividem entre aqueles que têm como projeto a entrada imediata no ensino superior, em geral mais jovens e com adequação série-idade; aqueles que desejam fazer o ensino superior, mas primeiro investirão na estabilidade através de cursos técnicos e trabalho estável; os que afirmaram encerrar ensino médio para conseguir um trabalho melhor; e aqueles que não desejavam nada com muita clareza. Desse modo, as escolas da baixa renda acomodam diferentes projetos e expectativas de vida. Bem diferente das escolas das classes médias e elite, cujos projetos são muito mais uniformes em direção ao ensino superior.

As diferenças entre as tendências de acesso ao nível superior, crescimento contínuo entre os mais ricos e de oscilação entre os mais pobres, redesenhou a desigualdade de acesso entre os pobres e ricos, expressas no gráfico 6. A razão de chances entre o 5º e 1º quintil sai de 9,41, em 1993, para 21,81 em 2003, mas cai para

10. Favela entrou em evidência pelo sucesso de romance de Paulo Lins e depois do filme homônimo de Fernando Meirelles.

11,20 em 2011. No entanto, a queda é insuficiente para garantir o patamar dos anos 90. Isto é, no contexto de menor acesso ao ensino superior a desigualdade entre os mais ricos e mais pobres era menor do que no contexto de maior acesso.

A renda quando combinada com a cor nos oferece outras dimensões do fenômeno. Como apontado anteriormente, os jovens do 1º quintil, têm uma queda no acesso ao ensino superior entre 1998 e 2003. Para os brancos, no entanto, a queda só ocorre em 2003, quando passa de 12,8%, em 1993, para 7,5%. Diante da queda, o crescimento se torna mais significativo, pois, em 2011, os jovens brancos do quintil mais pobre com acesso ao ensino superior chegam a 20%. Entre os negros, os jovens com acesso ao ensino superior reduzem de 7,4%, em 1993, para 4,7% em 1998 e 2003. O crescimento observado nos anos seguintes não está no mesmo patamar que o dos brancos, mas chega a dobrar passando para 10,1%. Os crescimentos assimétricos dos brancos e negros favoreceu o aumento das desigualdades entre eles.

No 2º quintil, os negros, diferente do que ocorreu no 1º quintil, experimentam uma tendência de ampliação do percentual de jovens que estavam no ensino superior desde o começo dos anos 90. Em 1993, 1998 e 2003 os percentuais foram, respectivamente, 4,6%, 6,0% e 5,9%. A partir de 2008 há uma ampliação mais significativa e chega em 2011 a 15,4%. Os brancos embora partissem de maiores percentuais de jovens no ensino superior: em 1993, eram 15,8%, reduzem em 1998, mas voltam a crescer e chegam em 2011 a 19,6%. As subidas e descidas com ritmos diferentes, não permite falar em queda contínua da desigualdade de cor neste quintil. A queda só parece mais claramente a partir de 2003, resultado do salto dado pelos negros.

Os jovens do 3º e 4º quintis, como dito anteriormente, estão mais próximos entre si. Mas, a desigualdade entre brancos e negros é maior no 3º quintil. As ampliações e reduções dos percentuais incidem diretamente na redução das desigualdades de cor nesses quintis, ainda assim segue maior que a desigualdade no 2º quintil.

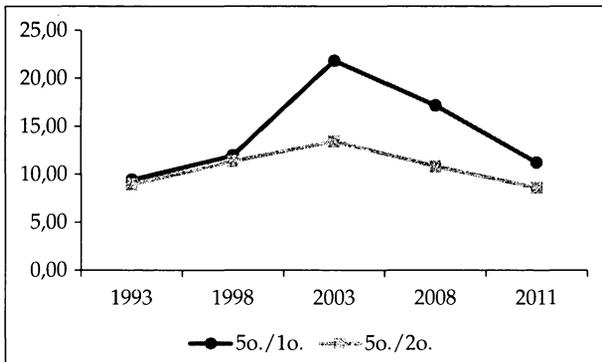


Gráfico 6 Razão de chances dos jovens de 18 a 24 anos com o ensino médio completo de ter acesso ao ensino superior

Fonte: PNAD/IBGE, tabulação própria

Os jovens que estão no 5º quintil são aqueles, como já sabemos, com mais chances de estar no ensino superior. Em 1993, 52,6% dos brancos e 33,8% dos negros tinham acesso ao ensino superior. A tendência de crescimento está presente nos dois grupos e, em 2011, os percentuais alcançam 67,8% e 53,6%, respectivamente. Com crescimentos desiguais, mesmo em um patamar menor que nos anos 90, a desigualdade entre brancos e negros ao longo dos anos 2000 cresce (ver tabela 9 em anexo).

Os dados acima apresentados permitem considerar que a desigualdade racial no acesso ao ensino superior atinge os menores valores entre as classes médias de renda e as maiores desigualdades estão na elite de renda e na pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos escolhidos para análise o Brasil caminhou em duas direções: redução das desigualdades de renda e ampliação das oportunidades educacionais em todos os níveis. O que permitiu o aumento do acesso e finalização do ensino médio para todos, em especial, ricos e pobres, negros e brancos, resultando na queda da desigualdade entre esses grupos. As análises aqui desenvolvidas e os diversos estudos apresentados (Silva 2003; Ribeiro 2011; Mont'álvão 2011; Marteleto, Carvalhoes e Hubert 2012), mesmo partindo de diferentes bases de dados e modelos estatísticos, corroboram com a hipótese da MMI para esta etapa do sistema educacional.

A resposta veio, segundo o MEC através da expansão e diversificação dos sistemas de ensino superior para atender a nova clientela (INEP 2014) através de um conjunto de elementos, já explorados acima: mais vagas, em especial na rede privada, criação de novos cursos, universidades, faculdades e institutos, redução do valor das mensalidades e programas públicos de incentivo ao preenchimento das vagas nessas unidades e acesso dos grupos sociais em desvantagens através de programas de reserva de vagas para alunos de escola pública, renda baixa e cor/raça.

A consequência do maior acesso ao ensino médio e a sua finalização é que a seletividade vai sendo transferida para as demais transições e, diante deste cenário mais diversificado em relação à demanda e oferta e com "portões de entrada" com diferentes critérios de seleção, não é possível assumir um único modelo para a compreensão do processo de expansão educacional do ensino superior e dos impactos sobre a desigualdade educacional.

Os dados analisados apontam que, apesar da conjuntura favorável e ser os jovens de 18 a 24 anos a faixa etária preferencial de ingresso no ensino superior, o ensino superior não tem atraído proporcionalmente mais os jovens do que antes. Entre 1993 e 2011 o aumento foi de apenas 1,2%. No entanto, analisando por grupos de cor e renda os anos 2000 sinalizam para o maior acesso dos grupos em desvantagem, negros e mais pobres, o que não implica em uma queda brusca da desigualdade em relação aos grupos em vantagem. A tendência é uma queda muito lenta das desigualdades. Foi fundamental identificar que as oportunidades para avançar em direção à educação superior são mais desigualmente distribuídas entre brancos e negros quando estes estão nos polos de renda.

A constatação por si só traz duas questões. A primeira é de que mesmo na pobreza a cor tem um efeito importante nos destinos escolares dos jovens. A segunda, que a renda termina por não dar conta exclusivamente das desigualdades, dado que a desigualdade no quintil mais rico é alta. A população negra acumula desvantagens com discriminação racial resultando em menos recursos para competição mesmo estando no nível de renda mais alto.

Desse modo, no debate sobre as políticas de inclusão no ensino superior, entre a renda e raça os sinais são de que é necessário reter os dois, mas não necessariamente atrelados, afinal são mecanismos distintos de ação na produção de desigualdades sociais que conjugados as potencializam.

ANEXO DE TABELAS

Tabela 1 Jovens de 18 a 24 anos segundo nível de escolaridade (%)

Nível de escolaridade	Anos					Ampliação/redução			
	1993	1998	2003	2008	2011	93/98	98/03	03/08	08/11
-1 ano	8,1	5,9	3,8	2,6	3,7	-28,0	-35,8	-30,3	40,8
Prim. incompleto	13,8	10,9	6,4	3,2	2,1	-21,4	-41,2	-50,1	-34,9
Prim. completo	13,2	9,4	5,8	3,3	2,3	-28,3	-39,1	-42,9	-28,5
EF incompleto	24,5	22,9	17,3	13,5	11,1	-6,2	-24,4	-22,2	-17,9
EF completo	11,2	11,0	10,5	10,4	10,9	-1,5	-5,2	-1,0	4,8
EM incompleto	10,6	13,9	15,6	16,2	15,3	30,3	12,1	4,2	-5,6
EM completo	12,7	18,1	29,8	36,8	38,5	42,2	64,5	23,5	4,7
Sup inc/com	5,2	7,0	10,0	13,5	15,7	33,4	43,1	35,1	16,7
S/inf	0,6	0,9	1,0	0,6	0,4	54,2	9,7	-39,1	-33,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				

Nota: Não obstante a utilização atual para designar o sistema de ensino, ensino fundamental (EF) e ensino médio (EM), mantivemos a separação do primário para melhor qualificar o nível de escolaridade da população estudada.

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 2 Jovens brancos segundo nível de escolaridade (%)

Escolaridade	Percentual					Ampliação/redução			
	1993	1998	2003	2008	2011	93/98	98/03	03/08	08/11
-1 ano	4,4	3,3	2,1	1,7	2,5	-25,6	-35,3	-18,8	44,8
Prim. incompleto	9,1	7,0	3,6	1,7	1,1	-23,3	-49,3	-51,7	-33,3
Prim. completo	12,4	7,7	4,3	2,1	1,4	-37,6	-44,6	-50,0	-33,4
EF incompleto	23,5	20,3	13,0	9,1	7,6	-13,4	-35,9	-30,4	-16,4
EF completo	12,4	11,3	9,8	9,0	9,1	-8,8	-13,2	-8,3	0,7
EM incompleto	12,6	15,2	15,0	14,5	12,9	20,6	-1,3	-3,2	-11,5
EM completo	16,5	22,9	35,5	40,7	41,8	38,9	54,9	14,5	2,8
Sup inc/com	8,4	11,1	15,7	20,6	23,2	32,1	41,0	31,3	12,5
S/inf	0,6	1,0	0,9	0,5	0,4	80,0	-8,5	-48,2	-18,6
Total	100	100	100	100					

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 3 Jovens negros segundo nível de escolaridade (%)

Escolaridade	Percentual					Ampliação/redução			
	1993	1998	2003	2008	2011	93/98	98/03	03/08	08/11
-1 ano	12,3	8,8	5,4	3,3	4,7	-28,4	-38,1	-39,8	43,4
Prim. incompleto	19,1	15,2	9,3	4,5	2,8	-20,3	-38,6	-51,7	-36,8
Prim. completo	14,1	11,4	7,3	4,3	3,1	-19,0	-36,1	-41,1	-27,6
EF incompleto	25,7	26,0	21,8	17,5	14,0	1,1	-16,2	-19,8	-19,6
EF completo	9,9	10,8	11,1	11,6	12,3	8,6	3,1	4,3	6,6
EM incompleto	8,5	12,5	16,1	17,7	17,4	47,3	29,3	10,0	-2,0
EM completo	8,4	12,6	23,9	33,3	35,8	49,4	90,2	39,2	7,5
Sup inc/com	1,5	2,1	4,0	7,1	9,4	38,6	90,6	77,3	31,6
S/inf	0,6	0,7	1,0	0,7	0,4	26,1	38,6	-31,5	-43,5
Total	100	100	100	100					

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 4 Percentual dos jovens com ensino médio completo nos quintis de renda (%)

Escolaridade	Percentual					Ampliação/redução			
	1993	1998	2003	2008	2011	93/98	98/03	03/08	08/11
1º	2,3	3,5	9,7	17,5	23,3	47,8	179,5	80,7	32,9
2º	5,2	8,1	19,5	29,9	33,9	54,1	141,9	53,3	13,3
3º	9,6	15,9	31,4	39,9	43,0	66,3	97,8	27,0	7,8
4º	17,6	26,0	43,9	49,8	49,2	47,8	68,9	13,4	-1,3
5º	27,8	35,9	43,0	42,5	41,0	29,0	19,7	-1,1	-3,5

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 5 Jovens brancos com ensino médio completo segundo trabalho e estudo (%)

Situação em relação a trabalho e estudo	Percentual					Ampliação/redução			
	1993	1998	2003	2008	2011	93/98	98/03	03/08	08/11
Trabalha	46,1	44,0	44,8	47,8	48,3	-4,47	1,70	6,86	0,93
Só estuda	14,7	14,3	12,2	10,4	12,1	-2,33	-15,16	-14,36	15,72
Trabalha e estuda	19,8	20,0	20,0	20,9	18,6	0,85	0,08	4,40	-11,14
Estuda e procurou	3,9	5,0	5,4	4,6	3,4	26,93	7,06	-14,37	-26,71
Só procurou	7,0	8,8	10,7	8,9	7,8	25,33	22,40	-16,92	-13,08
Nada declarou	8,4	7,8	6,9	7,3	10,0	-7,12	-11,55	5,47	36,07
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 6 Jovens negros com ensino médio completo segundo trabalho e estudo (%)

Situação em relação a trabalho e estudo	Percentual					Ampliação/redução			
	1993	1998	2003	2008	2011	93/98	98/03	03/08	08/11
Trabalha	57,2	55,2	51,5	55,3	53,5	-3,49	-6,66	7,37	-3,23
Só estuda	7,6	6,9	5,7	5,4	6,3	-9,18	-17,77	-5,34	17,65
Trabalha e estuda	11,1	10,7	11,2	11,9	12,0	-3,94	4,30	6,25	1,26
Estuda e procurou	3,2	3,2	3,8	3,4	2,8	-1,60	19,04	-8,90	-18,20
Só procurou	11,4	14,9	17,5	14,0	12,2	30,83	17,44	-19,71	-12,94
Nada declarou	9,5	9,1	10,4	10,0	13,1	-3,38	13,70	-3,96	31,31
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 7 Jovens brancos com ensino médio completo segundo estudo (%)

Situação em relação a estudo	Percentual					Ampliação/redução			
	1993	1998	2003	2008	2011	93/98	98/03	03/08	08/11
Não estudavam	51,2	52,9	55,3	54,5	53,8	3,2	4,7	-1,5	-1,3
Estudavam outros	7,5	6,9	4,7	2,1	1,2	-7,5	-32,8	-55,9	-44,0
Estudavam(ram) no superior	41,3	40,2	40,0	43,4	45,0	-2,6	-0,5	8,6	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 8 Jovens negros com ensino médio completo segundo estudo (%)

Situação em relação a estudo	Percentual					Ampliação/redução			
	1993	1998	2003	2008	2011	93/98	98/03	03/08	08/11
Não estudavam	74,1	76,5	76,3	74,8	72,3	3,2	-0,3	-2,0	-3,3
Estudavam outros	6,8	6,7	4,7	1,6	0,8	-1,6	-29,8	-66,4	-47,5
Estudavam(ram) no superior	19,0	16,8	19,0	23,7	26,9	-11,7	13,1	24,5	13,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 9 Razão de chances entre brancos e negros dentro dos quintis

	1993	1998	2003	2008	2011
1º	1,83	3,10	1,62	1,81	2,27
2º	3,88	1,81	2,45	1,87	1,34
3º	2,25	3,11	1,87	1,60	1,57
4º	2,08	1,90	1,65	1,59	1,43
5º	2,17	2,30	1,70	1,73	1,82

Fonte: PNAD/IBGE.

REFERÊNCIAS

Bonelli, Maria da Glória
 1989 *A classe média do milagre à recessão*. São Paulo: Editora Idesp.

Camarano, Ana Amélia, Solange Kanso, e Juliana Leitão Mello
 2006 "Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte". Em *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?*, organizado por Ana Amélia Camarano, 95-135. Rio de Janeiro: Ipea.

Cardoso, Adalberto
 2010 *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
 2013 Juventude, trabalho e desenvolvimento: Elementos para um agenda de investigação. *Cadernos do CRH* 26 (68): 293-314.

Carvalhoes, Flavio, João Feres Jr. e Verônica Daflon
 2013 "O impacto da lei de cotas nos estados: Um estudo preliminar". Texto para Discussão No. 1. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEEMA) IESP-UERJ.

- Castro, Maria Helena
1999 "As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro". Em *Desigualdade e pobreza no Brasil*, organizado por Ricardo Henriques, 425–458. Rio de Janeiro: IPEA.
- Comim, Alvaro, e Jerônimo Barbosa
2011 "Trabalhar para estudar: Sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil". *CEBRAP* (São Paulo) 91:75–95.
- Daflon, Verônica, João Feres Jr. e Luiz Campos
2013 "Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: Um panorama analítico". *Cadernos de Pesquisa* 148 (48): 302–327.
- Duham, Eunice
2003 "O ensino superior no Brasil: Público e privado". Documento de trabalho, Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.
- Feres Júnior, João, Verônica Daflon, Pedro Ramos e Lorena Miguel
2013 "O impacto da Lei Nº 12.711 sobre as universidades federais". Levantamento das políticas de ação afirmativa Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEEMA) IESP-UERJ, 1–34, setembro.
- Ferraro, Alceu Ravanello
1999 "Diagnóstico da escolarização no Brasil". *Revista Brasileira de Educação* (Anped) (12): 22–47.
- Guimarães, A. S. A.
1993 "Operários e mobilidade social na Bahia, análise de uma trajetória individual". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 8 (22): 81–97.
- Hasenbalg, Carlos, e Nelson Silva
1999 "Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil". Em *Cor e estratificação social*, editado por Carlos Hasenbalg, Nelson Silva e Márcia Lima, 218–234. Rio de Janeiro: Contracapa.
2000 "Tendências da desigualdade educacional no Brasil". *Dados* 43 (3): 423–445.
- Henriques, Ricardo
2001 "Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90". Texto para discussão nº 807. Brasília, Ipea.
- Heringer, Rosana
2013 *Expectativas de acesso ao ensino superior: Um estudo de caso na Cidade de Deus, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
2013 "Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE". Comunicado IPEA no. 159.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
2014 *Censo da Educação Superior 2013*. <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>.
- Leão, Geraldo, Juarez Dayrell e Juliana Reis
2011 "Juventude, projetos de vida e ensino médio". *Revista Educação e Sociedade* 32 (117): 1067–1084.
- Marteletto, Leticia, Flávio Carvalhaes e Celia Hubert
2012 "Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* (Rio de Janeiro) 29 (2): 277–302.
- Mont'Alvão, Arnaldo
2011 "Estratificação educacional no Brasil no século XXI". *Dados* 54 (2): 389–430.
- National Center of Education Statistics (NCES)
2013 *Digest of Education Statistics*. http://nces.ed.gov/programs/digest/d13/tables/dt13_601.40.asp.
- Neves, Clarissa
2007 "Desafios da educação superior". *Sociologias* 17:14–21.
2012 *Ensino superior no Brasil: Expansão, diversificação e inclusão*. XXX congresso internacional da Latin American Studies Association, São Francisco, CA.
- Neves, Clarissa, Bruno Morche e Bruna Anhaia
2011 "Educação superior no Brasil: Acesso, equidade e políticas de inclusão social". *ALAS Controversias y Concurrencias Latinoamericanas* 4:123–140.

- Osório, Rafael
 2009 "Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil". *Cadernos de Pesquisa* 39: 867–880.
- Picanço, Felícia
 2009 *Juventude e trabalho decente no Brasil: Proposta de mensuração e alguns resultados*. XXVIII congresso internacional da Latin American Studies Association, Rio de Janeiro.
- Prates, Antonio
 2007 "Universidades vs. terciarização do ensino superior: A lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: caso brasileiro". *Sociologias* 17:102–123.
- Prates, Antonio, Matheus Silva e Túlio de Paula
 2012 "Natureza administrativa das instituições de ensino superior, gestão organizacional e o acesso aos postos de trabalho de maior prestígio no mercado de trabalho". *Sociedade e Estado* 27 (1): 25–44.
- Queiroz, Delcele, e Jocélio Santos
 2007 "Sistema de cotas: Um multiculturalismo brasileiro." *Ciência e Cultura* 59:41–45.
- Queiroz, Fernanda, Jamerson Queiroz, Natalia Vasconcelos, Marciano Furukava, Hélio Hékis, e Flavia Pereira
 2013 "Transformações no ensino superior brasileiro: Análise das instituições privadas de ensino superior no compasso com as políticas de Estado". *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas e Educacionais* 21 (79): 349–370.
- Raftery, Adrian, e Michael Hout
 1993 "Maximally Maintained Inequality: Expansion, Reform, and Opportunity in Irish Education". *Sociology of Education* 66 (1): 41–62.
- Ribeiro, Carlos Antônio
 2007 *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EDUSC.
 2011 "Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil". *Dados* 54:41–88.
- Sampaio, Helena
 2011 "O setor privado de ensino superior no Brasil: Continuidades e transformações". *Revista Ensino Superior Unicamp* (4): 28–43.
- Santos, Hélio, Marcilene Garcia de Souza e Karen Sasaki
 2013 "O subproduto social advindo das cotas raciais na educação superior do Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 94 (237): 542–563.
- Silva, Nelson do Valle
 2003 "Expansão escolar e estratificação racial no Brasil". Em *Origens e destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*, organizado por Carlos Hasenbalg and Nelson Silva, 105–146. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Sollas, Lourdes, e Leda Maria Paulani
 1995 *Lições da década de 80*. São Paulo: EDUSP.